

Fábio Falcão Oliveira

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: FRONTEIRA, MISSÕES E RUPTURAS TERRITORIAIS

RESUMO

Este artigo tem como finalidade perceber o fluxo do comércio na fronteira da Capitania de Mato Grosso, iniciando desde sua constituição até a chegada dos jesuítas portugueses. Nesta perspectiva, tentamos confrontar as duas bandeiras, a de Portugal e de Castela, tanto na possibilidade de granjear terras como num enfrentamento religioso que se deu não apenas nas terras espanholas, mas nas adjacências territoriais brasileiras com os jesuítas portugueses contra os castelhanos. Os jesuítas portugueses aparecem como defensores da proposta colonizadora de Portugal e os espanhóis surgem como comerciantes e cultivadores da bandeira Castelhana.

Palavras Chaves: Jesuíta; Missões; Fronteira; Mercantilismo; Capitania de Mato Grosso

HISTORY OF EDUCATION: FRONTIER, MISSIONS AND TERRITORIAL RUPTURES

ABSTRACT

The proposed text entitled History of Education: Frontier Missions and territorial implications aims to realize the flow of commerce at the frontier of the Captaincy of Mato Grosso. Starting from its incorporation until the arrival of the Portuguese Jesuits. In this perspective we try to confront the two flags, Portugal and Castela, both the possibility of garnering land as a religious confrontation that was not only in Spanish lands, but in Brazilian territorial adjacencies with the Portuguese Jesuits against the Castilians. The Portuguese Jesuits appear as colonizing proposal defenders of Portugal and the Spanish appear as merchants and growers of Castilian flag.

Key words: Jesuit; missions; frontier; mercantilism; Captaincy of Mato Grosso.

HISTORIA DE LA EDUCACIÓN : FRONTERA, MISIONES Y RUPTURAS TERRITORIALES

RESUMEN

Este artículo pretende comprender el flujo del comercio en la frontera de la Capitanía de Mato Grosso, desde su constitución hasta la llegada de los jesuitas portugueses. En esta perspectiva se intenta comparar las dos banderas, la de Portugal y la de Castilla, tanto en la posibilidad de obtener tierras como en una confrontación religiosa que no sólo se dió en tierras españolas, sino también en las adyacencias territoriales brasileñas con los jesuitas portugueses contra los castellanos. Los jesuitas portugueses aparecen como defensores de la propuesta colonizadora de Portugal y los españoles aparecen como comerciantes y los cultivadores de la bandera castellana.

Palabras clave: Jesuitas; Misiones; Frontera; Mercantilismo; Capitanía de Mato Grosso

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como finalidade perceber o movimento histórico da Capitania de Mato Grosso. Para isso tentamos iniciar o discurso perspectivando a criação e a efetivação do Estado de Mato Grosso no período colonial. Começamos o artigo com uma proposta e visão de como foi criada a Capitania de Mato Grosso.

Sabemos que, muito antes dos portugueses, os castelhanos andaram desbravando as terras brasílicas. Porém, eles as abandonaram entendendo que não havia motivo nem ouro para ali se fixar. Com os relatos de Antônio Rodrigues no século XVI e do padre Antônio Vieira no século XVII cria-se no imaginário do homem colonial uma direção a ser seguida, à fronteira. Seguindo em direção para a fronteira os colonizadores do século XVIII avançaram para o Oeste brasileiro, onde se iniciou uma disputa acentuada por território.

Rompendo o *Tratado de Tordesilhas* atrás de “índios e de metais preciosos” em 1719, Pascoal Moreira Cabral embrenha-se pelas margens de Coxipó e, percebendo que era um bom local para descanso, decide fundar o arraial de Cuiabá.

Entendemos que o século XVII e o início do século XVIII foi crucial para entendemos todo fluxo para a criação desta comarca. O homem colonial, o sertanejo, o bandeirante e os jesuítas formaram fatores importantes para conquistarem e formarem o que hoje chamamos “Estado de Mato Grosso”.

1. A CRIAÇÃO DA CAPITANIA DE MATO GROSSO E IMPLICAÇÕES HISTÓRICAS

Quando pensamos na Capitania de Mato Grosso, entendemos que toda história e a constituição de povoações ou fronteira têm como princípio norteador o descobrimento aurífero desta região. Fernandes (2011) atesta exatamente isto: um descobrimento que se torna importante para a colônia portuguesa e o sertanejo que primeiro entra na mata.

Este importante descobrimento aurífero, realizado por sertanistas paulistas na porção mais central da América do Sul, de que a consulta do Conselho Ultramarino acima referida faz

menção, corresponde às chamadas minas do Cuiabá, cujas “*esperanças de grandezas*” não foram frustradas e donde a metrópole lusitana angariou fartas arrobas de ouro, sobretudo durante a primeira década após seu descobrimento (Fernandes, 2011, p. 7).

Expedição chefiada por Antônio Pires de Campos, sertanejo paulista, no ano de 1718, “varou o extremo altiplano do Oeste e enveredou pelos rios” até chegar no rio Paraguai e subiu até encontrar índios e dominá-los (Guimarães, 1999, p. 24). Sabe-se que este sertanejo, quando volta do Centro-Oeste, encontra os sertanejos Pascoal Moreira Cabral, Antônio Antunes Maciel e Fernando Dias Falcão; cada um com sua comitiva e separadamente foram em busca dos índios Coxiponés e de lá não saíram sem índios ao voltarem pra São Paulo (Ibidem, 1999).

Segundo Corrêa (1999, p. 18), no século XVIII os colonizadores portugueses avançaram “em direção à fronteira Oeste” e iniciou-se uma disputa acentuada por território, Manoel Corrêa, Bartolomeu Bueno da Silva (o Pai), Pires Campos e Pascoal Moreira Cabral “romperam o *Tratado de Tordesilhas* atrás de índios e de metais preciosos”. E exatamente em 1719, Pascoal Moreira Cabral, se aventurando pelas margens de Coxipó, decidiu fundar o arraial de Cuiabá.

Segundo Fernandes (2011), logo na posse de Rodrigo César de Menezes ao governo da Capitania de São Paulo, no ano de 1721 no mês de setembro, já se sabia três anos antes que as minas de Cuiabá tinham ouro em abundância. Cuiabá já estava povoada por paulistas e por homens de outros estados atraídos por ouro.

O A Capitania de Mato Grosso nunca esteve isolada neste período de interesse da Coroa portuguesa. Isso é informado pelos pesquisadores Moraes e Castravéchi (2015), que mostram que muito antes de 1719 os bandeirantes andavam pela região Oeste e, como exemplo, eles apontam as expedições de Manuel de Campos Bicudo nos anos de 1673 a 1682. Segundo os pesquisadores, Manuel de Campos Bicudo nos caminhos do Oeste fundou onde havia a deságua do Coxipó no Cuiabá, São Gonçalo. E completam:

Em 1719, chegou na região o paulista Pascoal Moreira Cabral. Ele tinha por objetivo capturar os

indígenas para fazê-los de escravos nas lavouras de cana de açúcar no litoral do continente. Nesta busca, os bandeirantes encontram ouro. No dia 8 de Abril do mesmo ano, foi redigida uma carta ao Capitão-general governador da Capitania de São Paulo, pois toda a região pertencia a Capitania de São Paulo, que ficou conhecida como ata de fundação da então Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. A partir daquele momento foi instalada e sustentada no centro do continente uma base da coroa portuguesa. Isso se deve ao trabalho dos bandeirantes, que eram estimulados pela própria corte lusitana a capturarem indígenas e fazer deles escravos. Posteriormente com a descoberta do ouro, movidos pela ambição de enriquecimento fácil, estes se embrenham no “sertão” em busca do suposto Eldorado (Moraes e Castravechi, 2015, p. 56).

Em 1726, Guimarães (1999, p. 15) lembra-nos que Antão foi nomeado governador das minas da Capitania de Cuiabá e Manuel Dias já fazia uma cavalgada levando cavalos e gados para estas terras. O mesmo Guimarães (2013, p. 14) nos informa que os desbravadores, os “bandeirantes paulistas uma espécie de heróis civilizadores”, ou melhor, operário da Igreja Católica. No documento *TRANSCRIÇÃO DO Ms* (1769, p. 304), deveriam em “1728 seguiraoce estas do Cuyabá no anno de 1719 descobertas por Pascoal Moreira Cabral e outros que procuravão gentios”. A descoberta do ouro ativa o interesse por aquelas terras fundando o arraial de Cuiabá em 8 de abril de 1719.

Isso é comprovado por Goes Filho (2015, p. 117): “o grande ciclo do ouro, de que a descoberta de ouro e a consequente ocupação de Minas Gerais é o principal resultado, mas que se estende também a Goiás e Mato Grosso”.

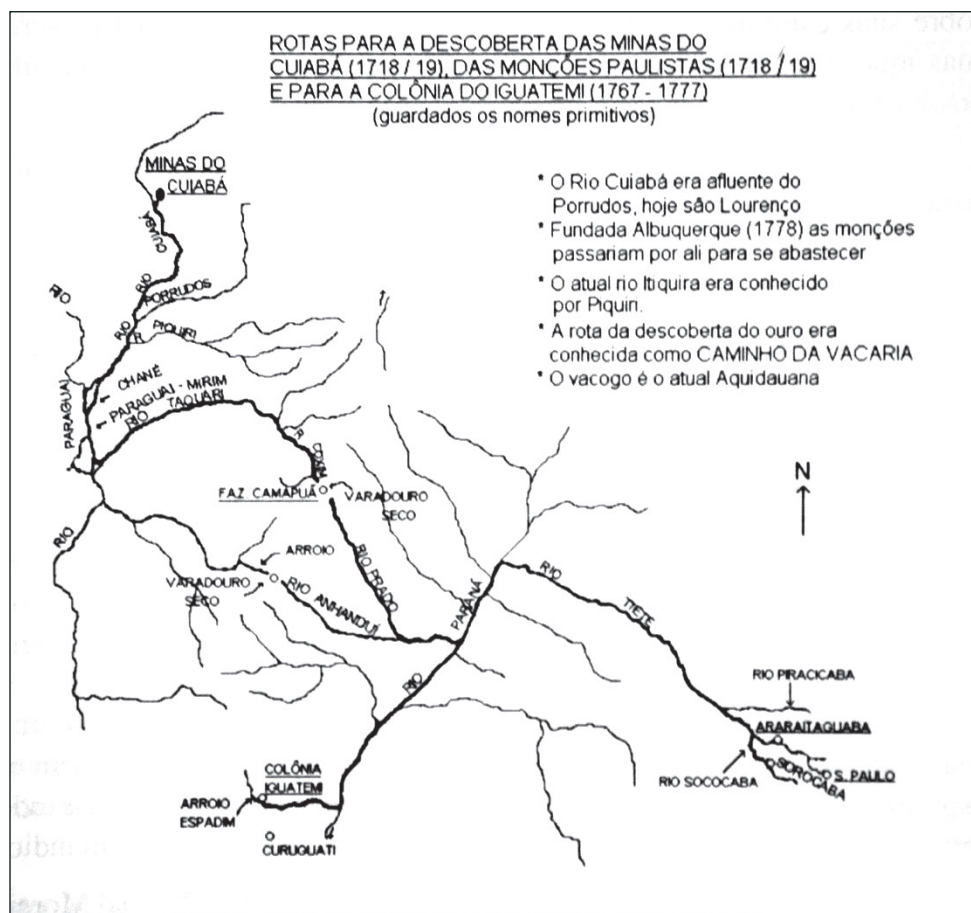


Figura 1 – Caminho da Vacaria
Fonte: Guimarães (1999)

A preocupação das terras portuguesas e suas fronteiras amadureceu com a descoberta de ouro excedente. Segundo Goes Filho (205, p. 125), ocorreu um fenômeno de “atividade de mineração, em Mato Grosso e Goiás” sempre “em torno de núcleos como Pirenópolis (Meia Ponte), Goiás Velho (Vila Boa de Goiás), Cuiabá (Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá) e Vila Bela (Vila Bela da Santíssima Trindade)”. Segundo Goes Filho (2015, p. 183), um:

outro episódio importante – que interessa mais do ponto de vista da formação das fronteiras – foi a descoberta de ouro no rio Guaporé, a cerca de 600 quilômetros a oeste de Cuiabá. Seu protagonista foi o bandeirante Fernão Pais de Barros, que atravessou, em 1734, a região então conhecida por mato grosso do rio Jauru, indo encontrar o metal precioso nas margens do rio Guaporé, não longe da missão jesuítica espanhola de Moxos.

Visando assegurar o território conquistado, a coroa Portuguesa colonizou de forma estratégica as terras da Capitania de Mato Grosso, oferecendo medidas de cunho administrativo para oferecer frente à investida espanhola e ir em direção as minas de Cuiabá. Segundo Jesus (2012), as descobertas do ouro na região de Guaporé levou a uma frente de paulistas:

Mato Grosso teve seu espaço colonizado na primeira metade do século XVIII, sendo o arraial e depois Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (atual cidade de Cuiabá) o ponto mais avançado até 1734, quando foram descobertas as minas na região do Guaporé. Essa vila teve sua origem com a descoberta do ouro nas lavras do Coxipó-Mirim, em 1719, tendo à frente de tal investida paulistas e reinóis. No ano de 1727 o arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1722) foi elevado à condição de vila e, nesse momento, pertencia à jurisdição da capitania de São Paulo. Em 1748 essa capitania teve sua circunscrição reduzida em função das fundações das capitanias de Mato Grosso e de Goiás. Embora tivesse uma vasta extensão

territorial que totalizasse 48 mil léguas, a capitania de Mato Grosso era constituída por apenas dois distritos, o do Cuiabá e o do Mato Grosso, e suas respectivas vilas: Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727) e Vila Bela da Santíssima Trindade (1752), esta última fundada para ser sede de governo. Além delas, arraiais, povoados e edificações militares foram criados ao longo da linha de fronteira no decorrer do setecentos e somente em 1820 uma nova vila foi fundada: a Vila de Diamantino (JESUS, 2012, p. 94).

Segundo Carvalho (2011), os portugueses procuravam firmar sua posição estratégica em meio à indefinição do Tratado de Madri, criando povoações no vale do rio Guaporé e em Vila Bela (1752), que em sua vista ficavam as missões hispânicas e suas bandeiras. De qualquer forma, o lado português ofereceu possibilidade de comércio com os hispânicos, comprando víveres e produtos baratos e favorecendo as trocas e outros assuntos – isso ocorre porque os espanhóis não conseguiam ter produtos europeus, favorecendo a troca com os portugueses (Carvalho, 2011).

A vantagem do lado português apresenta-se na forma como os bandeirantes entravam na floresta. Sempre de forma organizada e lutando com o desconhecido, eles faziam questão de consolidar e apossar-se da terra, formando trilhas e estradas que levavam os homens do Sudeste ao Centro-Oeste do Brasil.

Foram realmente as monções que consolidaram a posse das terras entre o planalto de Piratininga e os campos e as florestas do Centro-Oeste, regiões há muito trilhadas por bandeirantes e que correspondem a boa parte dos atuais estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia. No início do movimento, os próprios bandeirantes – seus descendentes mais tarde – eram os tripulantes e os passageiros das canoas que demandavam Cuiabá (Goes Filho, 2015, p. 178).

Segundo o mesmo autor, por causa da riqueza que era abundante no Centro-Oeste, houve um grande des-

locamento de pessoas que saíam das metrópoles coloniais e se emaranhavam para região de fronteira. As caravanas eram constantemente usadas e saíam de São Paulo abarrotadas de gente. Goes Filho (2015) lembra que este fenômeno chegava a unir 3.000 pessoas que adentravam mata a dentro para povoar estas terras.

Eram caravanas de canoas, dez, vinte, trinta – em 1726 o Governador de São Paulo liderou uma monção de “308 canoas e 3.000 pessoas”²⁰⁰ – que saíam do paredão calcário de Porto Feliz, então Nossa Senhora da Mãe dos Homens de Ararituaba (“parede das araras”, em tupi), no rio Tietê, nos meses de abril e maio, quando as águas estavam cheias e as chuvas começavam a escassear. Cinco meses depois, no mínimo, chegavam a Cuiabá, no mesmo tempo da famosa carreira, o comboio de navios que, por 350 anos, na mais difícil e longa rota marítima da época, ligou Lisboa a Goa. A volta era mais rápida porque as canoas estavam mais vazias; durava dois meses (Goes Filho, 2015, p. 179).

Segundo Mesquita (1940, p. 6), “é nessa fase memorável, nesse centênio de dezessete, em que surgiram os mais importantes núcleos de povoação do Norte e Oeste – Corumbá, Cáceres, Poconé, todas tem seu batistério datado de mil e setecentos e tanto” e ainda completa “é nesse ciclo inolvidável de setecentos que, na própria companhia de Rolim de Moura, chegaram a Vila-Bela os Padres Estevão de Castro e Agostinho Lourenço” (Ibidem, 1940, p. 6).

Segundo Chaves (2008, p. 35), com o tempo o Conselho Ultramarino, “com as possíveis investidas castelhanas em direção às minas do Cuiabá”, tinha certo fundamento. A Coroa portuguesa estava em confronto constante com a Coroa espanhola, isso no tempo da edificação da Colônia do Sacramento. Essa forma de se posicionar estrategicamente levou a Coroa portuguesa a granjear recursos consideráveis, “a partir do contrabando da prata extraída das minas de Potosí, no Alto Peru” (Ibidem, 2008, p. 35).

O contrabando¹ na fronteira era favorável à Coroa portuguesa, que enviava emissários para achar locali-

dades estratégicas, fixar território e conhecer melhor as missões hispânicas fixadas no Centro Oeste. Assegurar que a expansão da Coroa portuguesa se firmasse era oferecer uma prática estratégica para os colonizadores portugueses. Isso significa dizer que a tão disputada terra do Centro Oeste, que, com a “assinatura do Tratado de Utrecht, em 1713, através do qual a Coroa espanhola repassara a Portugal a tão disputada colônia” (Chaves, 2008, p. 35), ainda apresentava conflitos. Sustentar a expansão levava a Coroa portuguesa a uma prática de ocupação. As boas minas descobertas por Cabral Leme requeriam cuidado e necessitavam de formas para se precaver nas fronteiras, pois a rota favorecia o contrabando espanhol (Chaves, 2008).

Havia mercado para uma investida comercial tanto do lado português como do lado espanhol. À Capitania de Mato Grosso podia-se aplicar o Tratado de Madri (1750, *Art. XIX*), que entendia que em toda

a fronteira será vedado, e de contrabando, o comércio entre as duas nações, ficando na sua força e vigor as leis promulgadas por ambas as coroas que disto tratam; e, além desta proibição, nenhuma pessoa poderá passar do território de uma nação para o da outra por terra, nem por água, nem navegar em todo ou parte dos rios, que não forem privativos da sua nação, ou comuns, com pretexto, nem motivo algum, sem tirar primeiro licença do governador, ou superior do terreno, aonde há de ir, ou sem que vá enviado pelo governador do seu território a solicitar algum negócio, para o qual efeito levará o seu passaporte, e os transgressores serão castigados com esta diferença: se forem apreendidos no território alheio, serão postos em prisão e nela se manterão pelo tempo que quiser o governador ou superior que os fez prender.

Tanto do lado português como do lado espanhol havia infração e o comércio era fortíssimo, suprimindo os interesses de cada Coroa. Para ver o território alheio, ou para granjear produtos que vinham da Europa, para ver o terreno, pegar víveres, ambicionar o ouro, capturar nativos, enfim, era impossível que os portugueses e os

hispanicos não se encontrassem militarmente, comercialmente ou religiosamente no Centro Oeste. Assim definem-se as fronteiras da Capitania de Mato Grosso em toda sua extensão e riqueza:

Capitania fronteira-mineira, Mato Grosso fazia limites com Chiquitos e Moxos, pertencentes aos domínios de Castela. A primeira missão da província de Moxos foi dedicada a Nossa Senhora de Loreto (1682), mas por volta de 1743 os jesuítas espanhóis fundaram as missões Santa Rosa (1743), São Simão (1746) e São Miguel (1746), no Guaporé (Jesus, 2011, p. 28).

Tanto missionários espanhóis como os sertanejos ou o colonizador (hispânico ou português) iam e vinham de um lado para outro das terras alheia, aspecto esse que era proibido no Tratado de Madri (1750, Art. XXI):

Outrossim, nem uma das duas nações admitirá, nos seus portos e terras da dita América meridional, navios, ou comerciantes, amigos ou neutrais, sabendo que levam intento de introduzir o seu comércio nas terras da outra, e de quebrantar as leis, com que os dois monarcas governam aqueles domínios. E para a pontual observância de todo o expressado neste artigo, se farão por ambas as cortes os mais eficazes encargos aos seus respectivos governadores, comandantes e justiças

Com esta proibição acaba surgindo o que Chaves (2008, p. 69) chama de “contrabando secreto”. Este estilo de comércio foi adotado pela Coroa “com o apoio das autoridades estabelecidas em Mato Grosso, a partir da década de 1760, com o interesse em introduzir mercadorias no Vice-reinado do Peru”. Isto fizeram em troca da prata extraída das minas de Potosí.

A partir do Tratado de Madri, no lado português, a Colônia do Sacramento, desde 1680, era considerada um “importante entreposto militar e comercial para Portugal” e “duas décadas depois desse acordo, o distrito do Mato Grosso passou a ser percebido por Por-

tugal como um possível canal de contrabando com as Províncias de Moxos e Chiquitos” (Chaves, 2008).

Comercializar gado, mulas dos vizinhos, recursos e víveres em consolidação da posse da região do Guaporé foi a estratégia mais requisitada para a obtenção de pontos estratégicos para adquirir terras no Centro Oeste do Brasil: “O pragmatismo da administração portuguesa foi capaz de ajustar-se às condições locais e empreender, com relativo sucesso, uma vigorosa drenagem de mantimentos” (Carvalho, 2011, p. 607).

O mercantilismo, o comércio de fronteira, acaba assim favorecendo os portugueses que se apropriam das missões castelhanas e constroem os fortes fronteiriços, pois nada mais é do que uma medida tomada pela coroa portuguesa para demarcar e proteger seu território. Os espanhóis foram afetados, pois o exclusivo comércio dos portugueses tirava das terras espanholas víveres e recursos que afetavam a manutenção da Coroa espanhola.



Figura 2 – Mapa dos Vales, Planaltos, Montanhas e Arcos.
Fonte: Souza (1973).

II. MISSÕES E JESUITISMO – RELIGIOSIDADE, IDENTIDADE E FRONTEIRA.

Quando se fala do estabelecimento da Capitania de Mato Grosso, geralmente os pesquisadores destacam que foi o encontro das minas de ouro que levou os inácianos, bandeirantes e sertanejos a desbravarem aquelas terras. Porém, existe um dado histórico importante na definição das fronteiras desta Capitania. Sabe-se que foram duas figuras históricas que mexeram com o imaginário do homem secular e do jesuíta da colônia portuguesa.

Segundo Leite (1945, Tomo VI, p. 215), o primeiro a desbravar aquelas terras desde o início foi “Antônio Rodrigues, que Nóbrega recebera na companhia de Jesus em S. Vicente, em 1553 e estivera na fundação de Buenos Aires e na de Assunção em 1537”. Outro homem que deu notícia dessas terras e movimentou o imaginário do homem colonial foi Padre Antônio Vieira em 1654, “quando descreve o périplo de Antônio Raposo Tavares e seus companheiros”. Leite (1945, Tomo V, p. 216) destaca:

É a nota de que os Jesuítas do Brasil se unem ao Mato Grosso por duas das mais velhas notícias sobre este território, a de Antônio Rodrigues no século XVI e a de Antônio Vieira no século XVII. No século XVIII seguiram os Jesuítas do Brasil com natural entusiasmo e interesse o desbravamento do Oeste, não já como antes, simples viagens de exploração ou de trânsito, mas com intento de fixação, e ainda no período mineiro, como se vê na Carta do Governador D. Rodrigo César de Meneses, de 12 de Março de 1723 ou P. José Mascarenhas da Companhia de Jesus.

Esse entusiasmo foi tão bem aceito que o próprio D. Rodrigo César foi pessoalmente em 1727 fundar a vila de Cuiabá, ainda pertencente ao governo dos paulistas. Toda esta movimentação do século XVII, segundo Mesquita (1940, p. 3), “confunde-se, nesse período, a história de Mato Grosso com a do Paraguai”. De qualquer forma, sabe-se pela pesquisa de Carvalho (2011, p. 596) que “em 1682, foi fundada a primeira missão na

região de Mojo, dedicada a Nossa Senhora de Loreto; e em dezembro de 1691, o padre José Arce fundou entre os Piñoquis, que se achavam em estado lastimável”.

Sabemos que o próprio Rolim Moura fala que sua viagem para Cuiabá durou cerca de cinco meses e só chegaram a Cuiabá dia 12 de janeiro de 1751. Ele mesmo destaca sobre sua viagem: “na primeira canoa me embarquei eu só, na segunda os dois missionários, na terceira os oficiais da sala com o secretário, na quarta o capitão com a metade da companhia” (BRAS., XX, 282).

Segundo Leite (1945, Tomo VI), o Estado do Mato Grosso se configurava de maneira peculiar, pois havia tantas missões da Coroa Portuguesa como da Coroa de Castela. Porém, da de Castela mais, isso porque o Rio da Prata, que estava de braços abertos para a missão dos espanhóis, facilitava a navegação.

Toda essa movimentação dos missionários jesuítas é mostrada pelos pesquisadores Souza e Ferreira Junior (2006, p. 4), que mostram que desde 1588 os jesuítas luso-portugueses já andavam por aquelas terras: “Os primeiros jesuítas que chegaram ao Paraguai, em 1588, conheciam o idioma Guarani e eram procedentes de São Paulo, discípulos de José de Anchieta como já foi afirmado. Os primeiros foram João Saloni, Manuel Ortega e Tomas Fields”. Esta informação é também confirmada pelo pesquisador Silva (2015, p. 90), quando lembra que até os religiosos ambicionaram o ouro, implementando um embrião religioso naquelas terras para subjugar-las: “Esse embrião religioso católico foi empreendido por luso-paulistas, que almejavam aprisionar indígenas e extrair metais preciosos”.

Em “1713 o padre Altamirano”, quando escrevia sobre Mojo, destacou que havia “17 as reduções, 24.914 os índios batizados, e 30.914 o total de moradores, e um padrão de 1749 informava, por sua vez, que havia em Chiquitos sete *pueblos* e 14.701 pessoas” (Carvalho, 2011, p. 596). Neste sentido, até os territórios que pertenciam aos espanhóis foram confiados aos administradores jesuítas, conforme sugere o texto:

Os territórios hispano-americanos confinantes com a capitania de Mato Grosso eram administrados pelos jesuítas, das províncias de Moxos e Chiquitos. Na década de 1760, os referidos inácianos tinham dez povoados nas Missões

de Chiquitos, denominados São Francisco Xavier, Conceição, São Miguel, São Inácio, São Rafael, Santa Ana, São José, São João, Santiago e Santo Coração [...]. Nas missões de Moxos, os aldeamentos encontravam-se distribuídos por quatro repartições: dos Baurés, com cinco povoados, denominados Conceição, São Joaquim, São Martin, São Simon e São Nicolás; do Mamoré, com seis povoados, denominados Exaltação, Santa Ana, São Francisco Xavier, São Pedro, Trindade e Loreto; dos Pampas, com três povoados, denominados São Inácio, São Borja e Santos Reis; e de Itonamas, com a povoação da Madalena (Silva, 2015, p. 87).

Em 1760, segundo Silva (2015, p. 87), o total numérico de índios da 15 “missões de Mojos perfazia 19.807 almas”. O pesquisador leva em consideração a soma de todas as pessoas das povoações indígenas: “temos um conjunto populacional de 38.622 pessoas, diante de cerca de 11 mil habitantes da capitania de Mato Grosso”. Em Chiquito, ele conseguiu encontrar “um total de 18.815 índios”.

Segundo Pereira (2008, p. 115), as tentativas de “estabelecimento comercial com as missões jesuíticas de região de Mojo deram resultados infrutíferos para os mineiros de Mato Grosso”. A pesquisadora enfatiza isso porque, conforme o governador proibia o comércio do lado português com do lado espanhol, isso não ocorreria com “os jesuítas espanhóis, uma vez que as informações obtidas destas tentativas foram de extrema valia, sobretudo porque permitiria o avanço de missões jesuíticas espanholas para a margem direita do rio Guaporé” (Ibidem, 2008, p. 115). E ainda continua a autora:

Sendo assim, a coroa portuguesa tratou logo de ampliar sua ocupação (como mencionamos no capítulo anterior), através da criação, em 1748, da Capitania de Mato Grosso, providenciando ainda a da fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade e abertura oficial da ligação das minas de ouro de Mato Grosso com o Grão Pará pelo rio Madeira, em 1752. Estas medidas estavam diretamente relacionadas com o fato de haver na margem

direita do rio Guaporé três missões jesuíticas espanholas, a saber: Santa Rosa, São Miguel e São Simão [...] os espanhóis poderiam tornar-se donos das duas margens do rio Guaporé, o que poderia impedir que a Capitania de Mato Grosso, e suas minas, recebessem comércio e socorro militar do Grão Pará (Pereira, 2008, p. 116).

Interessante notar que o primeiro contato dos jesuítas da parte de Portugal e Brasil foi via Amazonas, encontrando os rios que cortam o Mato Grosso como o Xingu ou Tapajós ou aqueles que lidam com o Araguaia ou Madeira (Leite, 1945, Tomo VI). Os bandeirantes não apenas encontraram terras próprias para estabelecimento de bandeira como também ajudaram na dispensação de aldeamentos:

O grande drama da marcha bandeirante para o Oeste, que levou os lindes do Brasil muito além do que poderia sonhar a própria coroa portuguesa, teve como consequência o completo extermínio e dispersão dos aldeamentos jesuíticos da zona meridional de Mato Grosso, com o arrasamento das povoações do Rio Pardo e Xerez, desaparecendo os últimos vestígios do trabalho inaciano nas missões de Guaíra, onde uma grande república teocrática havia lançado os seus fundamentos (Mesquita, 1940, p. 4).

Silva (2015, p. 87) alerta que toda essa movimentação populacional que se criou na fronteira levou a uma tensão (entre Portugal e Espanha) e que “havia do lado português receio de ataque dos espanhóis às localidades das Minas do Cuiabá e do Mato Grosso”. Não é à toa que a Coroa Portuguesa exigiu que Rolim de Moura proporcionasse e investisse na mesma prática evangelizadora dos jesuítas que, com tanto sucesso, deu grandes resultados para as terras coloniais portuguesas no Sudeste, Norte e Nordeste:

Rolim de Moura recebeu instruções da Coroa para atuar em seu governo na capitania de Mato Grosso. Dentre as quais, a fundação de

missões religiosas para a evangelização dos grupos indígenas, uma na repartição do Mato Grosso e outra na repartição do Cuiabá (Silva, 2015, p. 102).

O que conseguimos perceber é que, neste período, a ação jesuítica em Mato Grosso dava-se no vale de Guaporé e no altiplano da Chapada. A partir de 1750, Mesquita (1940) atesta que foi o grande o levante do Estado de Mato Grosso, isto é, no século XVIII uma segunda Companhia de Inacianos entrou nestes sertões. Devemos lembrar que também foi neste mesmo ano que o Tratado de Madri legitimou a ocupação de “dois terços do atual território brasileiro” (Lima, *Apresentações e notas*, 2015).

Segundo Goes Filho (2015), a cidade de Assunção, fundada em 1537, tinha por referência o rio Paraguai. Já Santa Cruz de La Sierra, fundada em 1537, tinha como referência o rio Mamoré. Este pesquisador traz dados importantes sobre a ocupação inaciana nestas localidades, pois sabemos que os jesuítas fundaram missões nos territórios de Chiquitos e de Mojos. Porém, existe a possibilidade de que os espanhóis não nutrissem interesse pela região de Mojos e Chiquitos, pois não oferecia uma via confiável para o caminho do ouro.

Mas os espanhóis não passaram dos preparativos: as zonas da missão de Chiquitos ao sul e a de Moxos ao norte não eram importantes para a Espanha do ponto de vista econômico e perderam seu interesse estratégico uma vez descoberto que não passava pelo Paraguai a melhor rota terrestre de saída (via Buenos Aires) para as riquezas do altiplano boliviano: era pelas cidades argentinas de Salta, Tucumán e Córdoba. Seu interesse era apenas manter o status quo: não gostariam de que os portugueses entrassem nessa área espaçosa que os isolava das grandes riquezas no Alto Peru (Goes Filho, 2015, p. 187).

Pereira (2008, p. 115), em sua pesquisa, acerta quando informa que muito antes do “Tratado de Madri” toda gama e ambição em expandir as terras levaram os portugueses à busca de uma delimitação territorial para a colônia, ou o que ela pontua como “fronteiras naturais”. De qualquer forma, “os rios Amazonas, Paraguai e Prata seriam considerados como três imponentes fronteiras naturais e indispensáveis para a manutenção do espaço territorial português nestas áreas” (Ibidem, 2008, p. 116).



Figura 3 - Mapa de fronteira da América Latina século XVIII
Fonte: Benjamin (1722)

Mesquita (2011) também entende que este levante civilizatório nesta região manifesta uma marca trágica, para não dizer macabra, onde, com a chegada dos bandeirantes, houve consequências que levaram ao extermínio de vários aldeamentos na área meridional do Mato Grosso.

Sabe-se que a tentativa de catequizar no estado de Mato Grosso deu-se no ano de 1752, quando dois jesuítas da colônia portuguesa, após a fundação de Vila Bela, chegaram a essa Capitania: uma ficou em Cuiabá na missão de Santana e outro foi para a missão de São José (Jesus, 2011). De qualquer forma, estes missionários tiveram que tentar uma outra sorte, pois “não permaneceram por muito tempo, já que logo depois Pombal decretou a expulsão dos jesuítas das colônias” (Jesus, 2011, p. 109).

Na clássica obra *História da Companhia de Jesus no Brasil*, o autor é detalhista em afirmar que os padres se apresentaram de forma política naquela localidade, visando um aspecto territorial, “a ocupação das margens do Guaporé, onde os espanhóis se tinham parcialmente. Estabelecido missões” (Leite, 1945, Tomo VI, p. 219), levando a um confronto das bandeiras que estes missionários representavam, de um lado a bandeira de Portugal e do outro a de Castela:

Missões também Jesuítas, que agora se achavam frente a frente, não como Jesuítas (função comum religiosa) mas como portugueses e espanhóis (função patriótica *divergente*), procurando uns e outros os interesses das respectivas pátrias, como funcionários de Estado, que eram realmente, com encargo oficial do aldeamento de índios (Leite, 1945, Tomo VI, p. 219).

Segundo Leite (1945, Tomo XVI), do lado português apenas dois missionários repartem o campo de atuação da catequese. O Padre Agostinho Lourenço ficou com a função mais crítica e foi em direção do Guaporé, onde a fronteira dos domínios espanhol e portugueses se chocavam. Estevão de Castro, por sua vez, tratou de seguir em direção aos índios mansos da Aldeia de Santa Ana, na Chapada (Ibidem, 1945, Tomo VI).

Agostinho Lourenço era companheiro de viagem de António Rolim de Moura e estava no evento da fundação da Capitania de Mato Grosso (cujas sedes eram Vila Bela, às margens do Guaporé): “A missão de S. José do Guaporé, fundada pelos jesuítas do Brasil em 1754, ao ocidente desse rio, ficava no atual território da Bolívia” (Leite, 1945, Tomo VI, p. 220). E nesta missão o missionário Agostinho Lourenço catequizou índios Mequens e Guajaratas.

Não demorou muito para que as bandeiras reais tivessem influência nas fronteiras dos respectivos países coloniais, pois, se os jesuítas de Castela eram maioria e já a tempos estabeleciam missões, os jesuítas portugueses aos poucos chegavam, conforme havia desenvolvimento na Capitania. Quando Agostinho Lourenço examina a localidade, percebe que na margem do rio Guaporé onde estabeleceu missão e nos afluentes que nele tem ligação havia missões castelhanas.

Isso parece inusitado, pois percebemos que, se de um lado da margem havia missões portuguesas, do outro havia missões espanholas. As missões portuguesas sofreram com a investida espanhola, conforme relata Leite (1945, Tomo VI, p. 220-221):

Este serviço e estabelecimento pacífico e útil foram cortados pelos sucessos das Missões do Uruguai e pela perfídia de Mendonça Furtado, que desde 1757 começou a fazer pressão sobre Rolim de Moura para afastar os padres de Cuiabá e Guaporé. Já então estava aberta a insidiosa guerra de calúnias, que são em geral a maior glorificação dos jesuítas.

Leite (1945, Tomo VI) destaca que essa investida espanhola era uma tentativa de burlar as missões portuguesas. Os jesuítas que estavam no Mato Grosso e sofreram com injúria, reforçada em *Carta Régia [de 19 de julho de 1760] ao Governador do Piauí, com alusão ao Mato Grosso*, segundo a qual condenavam-se os jesuítas por viverem com os Paia-guases, afirmando que estes eram feras. Porém Leite (1945, Tomo VI, p. 221) defende os índios Paia-guases, afirmando que “surge hoje diante da história o que na realidade é [...]. Os índios reagiram como *feras* contra quem os tratava como *feras*; e como *homens*

sociáveis, com quem os tratava como *homens*, com habilidade e brandura”.

Segundo Chaves (2008), entre os padres são os jesuítas castelhanos, e não entre outras ordens religiosas, que controlavam todas as relações comerciais dos excedentes produzidos nas missões. Não apenas isso. Em sua pesquisa, o autor destaca que os movimentos comerciais da fronteira também eram estabelecidos pelas relações comerciais que aconteciam entre os moradores de Vila Real do Cuiabá e os arraiais do vale do Guaporé com espanhóis do reinado do Peru e missões adjacentes. Isso era ruim para os portugueses colonizadores, pois desde 1720 eles entendiam que o ir e vir de espanhóis levaria a um embate se eles descobrissem o ouro no lado Português:

quando a Coroa obteve informações sobre a presença castelhana nos rios do vale do Guaporé, uma das ordens enviadas para as principais autoridades, que se encontravam naquelas minas, era não permitir nenhum tipo de contato com os espanhóis, principalmente, ligações comerciais. Decisão esta assentada em uma acurada visão política da Coroa, pois caso os espanhóis tomassem conhecimento das áreas de mineração descobertas pelos luso-brasileiros, sérios conflitos poderiam surgir naquela parte do continente sul-americano (Chaves, 1999, p. 180).

Interessante que Chaves (2008), em sua obra *Política de Povoamento e a Constituição da Fronteira Oeste do Império Português: A Capitania de Mato Grosso na Segunda Metade do Século XVI*, analisa a comercialização em “relações comerciais” e isso pode ser visto em toda sua pesquisa, chegando a afirmar que o contrabando em si, de forma forte e firme, só pode ser atesado a partir da segunda metade do século XVIII.

As relações comerciais que aconteciam na fronteira da Capitania de Mato Grosso e em todo território brasileiro gostaríamos de chamar de mercantilismo, pois havia entre os portugueses um desenvolvimento intelectual mercantil que os acompanham desde o início da colonização brasileira. Essa postura comercial, que é herança desde o século XVI, constitui-se no século

XVIII de outras formas e maneiras. As transformações do mundo e seus indícios aportam na Colônia, uma vez que o fluxo de cargas entre a América e Portugal estimulava as mudanças nos gostos e costumes. A administração comercial levou o português a ter um espírito de planejamento, um espírito mercantil, isto é, a constituição de uma racionalidade (Oliveira, 2014).

A proposta mercantil e racional leva a Coroa Portuguesa a obter riqueza e ganho ao longo dos séculos na Colônia, fazendo surgir o mercantilismo. Entendemos essa palavra de forma muito técnica. Apesar de ela variar muito, na sua definição, de país para país, “a doutrina mercantilista não era, em si mesma, uma teoria econômica baseada em conceitos, mas um receituário de normas de política econômica” (Fausto, 1998, p. 55).

Por este sentido, concordamos que o comércio na colônia é a práxis mercantil que chegou a uma formulação prática (mercantilismo) (Oliveira, 2014). Com isso, define-se mercantilismo como: “Tanto a prática como a teoria partiam do princípio de que não há ganho para um estado sem prejuízo de outro. [...] Atraindo para si a maior quantidade possível do estoque mundial de metais preciosos e tratando de retê-lo” (Fausto, 1998, p. 55).

A fronteira destaca-se por essa práxis, onde os homens estabelecem princípios de comércio visando o ganho:

O período assinalado, séculos XVI e XVII, justifica-se e pontua-se por comportarem características similares. Elas vão sendo demarcadas sob a influência do desenvolvimento capitalista mercantil e, mais adiante, das ideias pedagógicas que seriam implantadas pelos jesuítas. A relação Metrópole-Colônia e cultura luso-europeia se fundamentam nas movimentações provocadas por várias situações vivenciadas no mundo português (Oliveira, 2014, p. 70).

Portugal sempre teve ambição e explorava a colônia brasileira e outras para “além-mar”. O pesquisador Franco (2007, p. 5) pontua de forma precisa este espírito que tomou Portugal em uma tentativa de controlar os recursos das colônias. Destaca o autor: “o governo

de Pombal, como ministro de D. José I, caracterizava-se pela ambição de restabelecer o controle nacional sobre todas as riquezas que iam para Lisboa”. Isso se manifestava, segundo o pesquisador, como uma afirmação “da autoridade nacional na administração religiosa e eclesiástica” (Ibidem, 2007, p. 5).

Quando pensamos em jesuitismo antes das Reforma Pombalinas, significa dizer que havia um estímulo de subsídios que levariam Portugal a obter segurança nas atividades comerciais, educativas e territoriais. Silva (2015, p. 52) informa que a oscilação da governabilidade portuguesa na colônia se manifesta com a expulsão dos jesuítas no século XVIII: “o auge da crise se deu com a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses em 1759”.

Leite (1945, Tomo VI) escreve que Agostinho Lourenço queixa-se ao padre Caetano Xavier, da Vice Província do Maranhão e Pará, em *Carta de 2 de Março de 1759*, quando soube do pedido de retirada dos jesuítas das missões da Capitania do Mato Grosso. Testemunhou este homem que os documentos “foram queimados, a Igreja entregue aos Ordinário e os Padres recebidos nas naus dos quintos com baionetas calada”, aduzindo o seguinte: “em Lisboa, depois de serem privados do ingresso em palácios todos os jesuítas, saiu impresso um papel cujo título e assunto era: Guerra que os Padres da Companhia sustentam contra as duas Coroas de Portugal e Espanha” (Leite, 1945, Tomo VI, p. 222).

CONCLUSÃO

Conseguimos perceber que o Brasil colonial se constituía na tentativa de formar suas fronteiras. Sendo no Nordeste, Sudeste ou no Centro-Oeste, o espírito mercantil sempre seguia a tendência do adquirir capital de Portugal. Para isso, falar da definição das fronteiras do Centro-Oeste é crucial. Diferente do litoral brasileiro colonial, em que a grande gama populacional se concentrava e favorecia a Coroa Portuguesa, o estabelecimento da Capitania de Mato Grosso ofereceu à colônia portuguesa possibilidades de exploração.

O ouro, o índio, a pesca farta, as ervas medicinais e outros negócios levam o colonizador a ambicionar este lugar remoto do Brasil. A representação jesuí-

tica do lado brasileiro, mesmo que defasada, mostra o empenho da Coroa Portuguesa de estabelecer uma cultura. Mas sabe-se que a constituição da colônia foi estabelecida pelos fatores assim destacados: primeiro lugar, na delimitação da terra, segundo na ampliação cultural exercida pelos jesuítas e terceiro, na necessidade de representatividade quando proíbe Espanha de comercializar.

Estes são apenas alguns fatores entre inúmeros que podem haver. O período colonial do Estado de Mato Grosso ainda precisa ser analisado e pesquisado de forma mais minuciosa. Poucas são as pesquisas sobre esse período. Aos leitores, deixo-vos um convite que é desbravar a história da Educação do Centro-Oeste. Assim entendemos que não podemos estudar o Centro-Oeste sem levar em consideração estes breves favores presentes neste artigo, pois o espírito mercantil colonial se manifestou na comercialização e as fronteiras foram definidas. Os pés dos jesuítas do lado português apresentam-se como tentativa de defender a bandeira e as terras de Portugal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

“BRAS., XX 282. Notas Chronologicas das pessoas que governam a Capitania do Estado de Mato Grosso desde o ano de 1751 da sua criação”. In_: LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo VI. Lisboa: Portugália, 1945, p. 218-219.

BENJAMIN, Cole. *A New Map Of South America Shewing It's General Divisions, Chief Cities And Towns*. Brasil: Biblioteca Nacional, 1722. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart827373/cart827373.jpg. Consultado dia 20 de março de 2016.

CARVALHO, Francimar Alex Lopes de. “Rivalidade imperial e comércio fronteiriço: aspectos do contrabando entre as missões espanholas de Mojos e Chiquitos e a capitania portuguesa de Mato Grosso (c. 1767-1800)”. In_: **REVISTA ANTÍTESES**. Paraná: UEL, v. 4, n. 8., jul./dez, 2011, p. 595-630. Disponível em: [file:///C:/Users/Fabio%20Falc%C3%A3o/Downloads/7472-42351-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Fabio%20Falc%C3%A3o/Downloads/7472-42351-1-PB%20(1).pdf). Consultado dia 20 de março de 2015.

CHAVES, Otávio Ribeiro. **Política de povoamento e a constituição da fronteira Oeste do império português: a capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII**. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR,

2008. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/34919/R%20-%20T%20-%20OTAVIO%20RIBEIRO%20CHAVES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Consultado dia 20 de março de 2015.

CORRÊA, Lúcia Salsa. **História e Fronteira – O sul de Mato Grosso – 1870 – 1920**. Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco, 1999.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**, 6ª Ed. São Paulo: USP/Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1998.

FERNANDES, Luis Henrique Menezes. **MINAS DO CUIABÁ, ILHA DOS SERTÕES: considerações sobre o papel da metrópole na expansão dos domínios portugueses na América (1721 - 1728)**. Assis: Universidade Estadual Paulista, 2011. Disponível em: http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93374/fernandes_lhm_me_assis.pdf?sequence=1. Consultado dia 20 de março de 2016.

FRANCO, José Eduardo. “O mito dos Jesuítas em Portugal séculos XVI – XX”. In.: **REVISTA LUSÓFONA DE CIÊNCIA DAS RELIGIÕES**. Portugal: Universidade Lusofônica, Ano V, n.º 9/10, 2006, p. 303 – 314. Disponível em: <http://revistas.ulusofo-na.pt/index.php/cienciareligioes/article/view/4096>. Consultado dia 13 de setembro de 2016.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2015.

GUIMARÃES, Acyr Vaz. **Mato Grosso do Sul, sua evolução histórica**. Campo Grande: UCDB, 1999.

GUIMARÃES, Maria Gabriela de Araújo. **A América Portuguesa vista de Mato Grosso: Os Diálogos de José Barbosa de Sá (2ª metade do século XVIII)** – dissertação de Mestrado. Portugal: Universidade Portuguesa: 2013.

JESUS, Nauk Maria de. **O Governo Local na Fronteira Oeste: Arivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no Século XVIII**. Dourados: UFGD, 2011.

_____. “A Capitania de Mato Grosso: História, Historiografia e Fontes”. In.: **Revista Territórios & Fronteiras**. Cuiabá: UFMT, vol. 5, n. 2, jul.-dez., 2012. Disponível em: <http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/168>. Consultado dia 20 de março de 2016.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo VI. Lisboa: Portugalúlia, 1945.

LIMA, Sergio Eduardo Moreira. “Apresentações e notas”. In.: GOES FILHO, Synesio Sampaio. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2015.

MESQUITA, José de. **Os Jesuítas em Mato Grosso**. Cuiabá: Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso, 1940.

MORAES, Adriano Knippelberg de & CASTRAVECHI, Luciene Aparecida. “ASPECTOS ECONÔMICOS DA FRONTEIRA OESTE DO BRASIL: uma revisão bibliográfica (séculos XVIII e XIX)”. In.: **REVISTA CANTAREIRA - D O S S I Ê História e econômica: tradições historiográficas e tendência atuais**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, N.18, jan/jun, 2013, p. 53 – 66.

OLIVEIRA, Fábio Falcão. **EDUCAÇÃO JESUÍTICA; SÉCULO XVII: ALEXANDRE DE GUSMÃO E O SEMINÁRIO DE BELÉM DA CACHOEIRA**/Tese de doutoramento para obtenção do título de Doutor em História da educação. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2014.

PEREIRA, Ione Aparecida Martins Castilho. **Missão Jesuítica Colonial na Amazônia Meridional: Santa Rosa de Mojo uma Missão num Espaço de Fronteira (1743-1769)**/Dissertação De Mestrado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul, 2008. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/3806>. Consultado dia 20 de março de 2016.

SILVA, Gilian Evaristo França. **Espaço, Poder E Devoção: As Irmandades religiosas da fronteira Oeste da América portuguesa (1745-1803)**/Tese de Doutorado como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em História. Paraná: UFPR, 2015. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/porta/Gilian.pdf>. Consultado em Cáceres, dia 20 de março de 2016.

SOUSA, Neimar Machado de e FERREIRA JUNIOR, Amálio. “Soldados da fé: a formação dos jesuítas que atuaram nas Missões do Itatim”. In.: **IV Congresso Brasileiro de História da Educação - A educação e seus sujeitos na história**. Goiânia: Editora Da Universidade Católica de Goiás, v. 1, 2006, p. 01-10. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo03/Neimar%20Machado%20de%20Sousa%20e%20Amarilio%20Ferreira%20Junior%20-%20Texto.pdf>. Consultado dia 20 de Março de 2026.

SOUZA, Lécio Gomes de. **História de Uma Região: - Pantanal e Corumbá**. Vol I. São Paulo: Editora Resenha Tributária LTDA, 1973.

TRANSCRIÇÃO DO Ms. nº 235 da BPM do Porto. “Dialogos geograficos coronologicos polliticos e naturais escriptos por Joseph Barbosa de Saa, Nesta villa Rey al do Senhor Bom Jesus do Cuyaba [Mato Grosso]”. Cuyaba, Anno de 1769, Nº 235. In.: GUIMARÃES, Maria Gabriela de Araújo. **A América Portuguesa vista de Mato Grosso: Os Diálogos de José Barbosa de Sá (2ª metade do século XVIII)** – dissertação de Mestrado. Portugal: Universidade Portuguesa: 2013.

TRATADO DE MADRID, 13 DE JANEIRO DE 1750. In.: (org.) SOUSA, Octávio Tarquínio. **Coleção documentos brasileiros**, vol. 19. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1939

NOTA

- 1 Em primeiro lugar, devemos entender que a Coroa Portuguesa não entendia a comercialização como contrabando e sim como processo de mercantilização. Contrabando deve ser entendido como forma de comércio que importa e exporta mercadorias diversas. Não podemos pegar esta palavra com a conotação que temos no século XX. Mesmo que às vezes ilegal ou proibida por Portugal, a comercialização define-se como troca ou relações comerciais. Apesar de alguns pesquisadores entenderem que havia esta forma de comércio e usarem a palavra “contrabando” como no século XX, estamos inclinados a entendê-la como na raiz latina, que vem de *côntra* do latim, palavra do século XIII e significa “conflito ou choque”, formando a palavra contrabando que significa “partido oposto” (Cunha, 1977, 212).

O AUTOR

Fábio Falcão Oliveira com Doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) segue a linha de pesquisa em História, Sociologia e Filosofia da Educação com perspectiva em Educação colonial em geral, focalizando em Alexandre de Gusmão (1629 ? 1724) fundador do Seminário de Belém: O projeto de Doutorado que foi concluído no ano de 2014 no campo da educação colonial teve como responsável e orientador o pesquisador Dr. Amarílio Ferreira Junior. Em 2008, obteve o título de Mestre em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba. O núcleo de atuação no mestrado foi o de Educação, História, Filosofia e Ciências. O Orientador para obtenção do título de Mestre foi o Dr. José Maria de Paiva. Também possui Licenciatura em Filosofia pela Universidade Metodista de Piracicaba (2005) - seu orientador de TCC foi José Edivaldo Bortoleto.

